



OBSERVATORIO
NACIONAL DOS
CIRVER

Rua da Murgueira, 9/9º – Zambujal
Apartado 7585
2611 – 865 Amadora

11.ª Reunião do Observatório Nacional dos CIRVER

3 de junho de 2014

ASSENTO DA REUNIÃO

O Presidente, deu as boas vindas aos membros do Observatório Nacional dos CIRVER (ONC) presentes (lista e acrónimos em anexo), nomeadamente aos membros presentes pela primeira vez na reunião do ONC, Paula Lança pela DRE-LVT e Cláudia Moreira pela Câmara Municipal da Chamusca. Informou ainda que teve uma reunião prévia à reunião do ONC com os operadores dos dois CIRVER.

Seguidamente foi aprovada a ordem de trabalhos, tendo sido discutidos os seguintes assuntos:

Ponto 1: Aprovação do assento da 10.ª reunião

Sobre o assento da 10.ª reunião foi referido por Miguel Moura e Silva da AdC que na lista de presenças não constava o seu nome apesar de ter estado presente na reunião, tendo o ficado o secretariado técnico de proceder à devida correcção.

O assento da 10.ª reunião foi aprovado por unanimidade.

Ponto 2: Apresentação do Relatório de Actividades do Observatório

Foi apresentado pelo Presidente o Relatório de Actividades de 2013 do ONC, tendo os presentes concordado com o mesmo, que será de acordo com a alínea IV, do ponto 11 do Regulamento do ONC, submetido à apreciação do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Ponto 3: Apresentação da página do Observatório

Foi apresentado pelo Presidente a versão final de página do ONC que foi elaborada pela APA.

Foi proposto pelos presentes haver ligações das páginas das várias entidades que compõem o ONC para a página do ONC, para assim ser divulgada a referida página.

Ponto 4: Análise da actividade dos CIRVER 2013

Foi apresentado por Márcia Machado da APA, o “Relatório Síntese sobre o Ponto de Situação da Actividade de Exploração dos CIRVER”, referente ao ano de 2013.

Sobre o relatório o representante da CIOP, Faria e Santos e o representante da AdC, Manuel Cabugueira, advertiram que o relatório deveria conter uma análise sobre as condições económicas da operação dos CIRVER bem como informação estatística e económica sobre o funcionamento do sector, tendo a representante da APA, Cristina Carrola, informado que o Departamento de Resíduos não tem meios humanos disponíveis e capacitados para realizar essa análise. O representante da AdC, Miguel Moura e Silva, mostrou-se preocupado com esta questão, uma vez que aquando do processo de prorrogação do prazo da licença de exploração, será importante dispor daquela. Foi sugerido pela representante da CCDR-LVT, Teresa Bernardino, que o referido estudo fosse realizado pelos operadores para justificar o seu pedido de prorrogação do prazo da licença de exploração.

Sobre esta questão o Presidente rematou sugerindo que os CIRVER, mediante proposta do ONC, providenciassem um estudo sobre a sua viabilidade económica, não tendo no entanto este estudo directamente a ver com a prorrogação do prazo da licença de exploração. O Presidente sugeriu ainda que nos próximos Relatórios Síntese, fossem apresentados alguns pontos objecto do Relatório e Contas dos CIRVER. O relatório síntese deve também conter informação geral sobre MTR e quantitativos de produção de resíduos perigosos.

O “Relatório Síntese sobre o Ponto de Situação da Actividade de Exploração dos CIRVER” foi aprovado devendo o mesmo ser publicado na página do ONC.

Ponto 5: Diversos

a) Legislação sobre solos contaminados

Sobre a questão supra-referida, Cristina Carrola representante da APA informou que a proposta de diploma sobre solos contaminados se encontra em fase final de preparação, sendo que se prevê em breve o período de consulta a entidades externas. O representante da CPADA, Rui Berkemeier, sugeriu que o diploma deveria contemplar a obrigatoriedade de emissão de um certificado que comprove que o terreno está descontaminado, no caso de venda de terrenos. A APA informou que a preocupação da CPADA está prevista, sendo uma proposta contida no projecto de diploma.

b) Compatibilização entre a nova unidade da Carmona S.A. e os CIRVER

O operador de tratamento de resíduos Carmona, S.A. apresentou um projecto de deslocalização da sua unidade de Brejos de Azeitão para a zona industrial da Mitrena em Setúbal, sendo que nesta nova localização o operador pretende também implementar novas unidades de tratamento de resíduos. Joana Sabino representante da APA informou que a deslocalização está prevista para 2018, e que as actividades exercidas por este operador são anteriores ao licenciamento dos CIRVER, pelo não existirem constrangimentos legais. No projecto propõem ainda a criação de novas unidades sendo que uma delas não vai ser licenciada porque é muito idêntica a uma unidade já existente nos CIRVER. De referir que a APA contratualizou com a Prof.^a Dr.^a Susete Dias do Instituto Superior Técnico um trabalho de caracterização do sector e das relações dos CIRVER com os outros operadores, estando o mesmo em fase final de elaboração.

c) Resultados dos levantamentos feitos pelo Ministério em relação aos operadores de recolha e armazenamento de RI:

Márcia Machado da APA apresentou um breve resumo do resultado da Acção de Controlo de Resíduos Perigosos, tendo referido que o universo escolhido incidia essencialmente em operadores de resíduos perigosos que realizam as operações R13 e D15, que não procedem à gestão de resíduos urbanos, águas residuais, VFV, REEE e resíduos do capítulo 18 da LER, sendo excluídas as instalações com licenciamento ambiental e com alvará de licença para valorização interna. Numa primeira fase, em outubro de 2013, foram fiscalizadas oito empresas pela CCDR-Centro (quatro empresas de maior dimensão e quatro empresas de menor dimensão), tendo sido detectada uma situação de infracção por desclassificação de resíduos.

Foi realizada uma nova acção no primeiro trimestre de 2014, novamente pela CCDR-Centro, a 31 operadores, tendo sido detectadas quatro infracções, sendo uma delas de possível desclassificação. Neste período a CCDR-Algarve, também fez duas fiscalizações não tendo detectado infracções. A CCDR-Alentejo fiscalizou oito instalações e detectou duas infracções mas não relacionadas com desclassificação de resíduos. A CCDR-Norte realizou oito fiscalizações tendo concluído que na generalidade dos casos não ocorreu desclassificação dos resíduos perigosos, tendo no entanto sido verificada a realização de operações de tratamento de resíduos não autorizadas. O Presidente questionou sobre o resultado na área da CCDR-LVT tendo sido referido que não tinha sido feita qualquer acção de fiscalização pela CCDRLVT, por falta de recursos humanos. No entanto, por solicitação da SE do Ambiente, foi enviada uma lista de empresas a fiscalizar, não tendo sido recebida informação sobre o resultado dessas acções (ou se foram realizadas).

d) Novidades sobre as acessibilidades ao Ecoparque do Relvão:

O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, Paulo Queimado, lembrou que as deficientes vias de acesso continuam a representar uma dificuldade para a actividade das empresas localizadas no Ecoparque do Relvão, e um risco para as populações. Até 2018 parece não haver possibilidade de construção de nenhum troço de estrada que permita resolver esta situação. Circulam cerca de 80 a 300 camiões por dia nas vias de acesso ao Ecoparque.

A representante da ARS, Vera Noronha, tal como nas reuniões anteriores, manifestou preocupação relativamente ao tráfego decorrente das actividades desenvolvidas no Eco-Parque do Relvão, que poderão provocar situações de perigo para a segurança das populações limítrofes. Com a construção de variantes, evitar-se-ia a circulação de veículos dentro das localidades. Foi referido ainda que, em caso de acidente, com o fecho que se tem vindo a verificar de unidades hospitalares pode haver apenas unidades muito distantes do local de acidente. Sugeriu ainda que se fizesse uma recomendação ao SEA sobre este assunto, tendo os presentes concordado. A ARS irá fazer chegar ao ONC uma proposta de texto neste sentido.

Outros assuntos:

O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca informou ainda que a referida Autarquia iniciou a monitorização das linhas de água que possam potencialmente ser afectadas pelo funcionamento das empresas instaladas no Ecoparque, estando prevista a conclusão do primeiro relatório em junho deste ano. Pretende ainda a Autarquia fazer a monitorização da qualidade do ar no Ecoparque do Relvão e nas vias onde circulam os veículos com destino ao mesmo.

Referiu também que estão em construção no Ecoparque do Relvão, duas incineradoras e que está preocupado com a questão da desclassificação de resíduos. Salientou mais uma vez o facto de estarem a ser recebidas nos CIRVER quantidades de resíduos inferiores às espectáveis.

A representante da CCDR-LVT, Teresa Bernardino, sugeriu que se deveria verificar se existem aumentos ou diminuições de resíduos perigosos produzidos no total nacional, para analisar o cenário nacional e que estes dados deveriam ser apresentados no próximo Relatório Síntese. A representante da APA, Cristina Carrola informou que estes dados estão disponíveis no INE. O representante da CPADA, Rui Berkemeier, sugeriu que os dados sobre resíduos perigosos devem ser apresentados no Relatório de Estado do Ambiente.

A AdC referiu que é importante publicar o regulamento dos OGR não CIRVER em DR para todos os operadores estarem sujeitos às mesmas regras, promovendo-se assim a igualdade de condições a todos os operadores do mercado. A AdC informou ainda que foi dado um parecer à APA sobre a aplicação dos princípios da autossuficiência e da proximidade no âmbito da gestão do fluxo específico dos óleos minerais usados.

Sobre a realização de reuniões do ONC foi observado que as mesmas são semestrais de acordo com o 1.º averbamento ao Regulamento Interno do ONC, sendo que o Presidente propôs que caso fosse necessário se realizassem mais do que duas reuniões por ano e que uma das reuniões deveria ser realizada na Chamusca.

O ONC considerou ainda que é necessário saber que inspecções estão a ser efectuadas aos operadores de resíduos perigosos, pelo que deve ser questionada a IGAMAOT nesse sentido e ser convidada a para estar presente na próxima reunião, que será realizada a 24 de Setembro e onde serão discutidos os seguintes temas:

- transferência para Portugal de resíduos vs princípio da auto-suficiência;
- importância da TGR na transferência para Portugal de resíduos;
- actualização da legislação sobre valorização agrícola e compostagem;
- classificação de resíduos.

Não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião.

ANEXO

Lista de presenças na 11.ª reunião do ONC

Organismo	Acrónimo	Nome
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia	Presidente	Francisco Barracha
Agência Portuguesa do Ambiente	APA	Cristina Carrola; Joana Sabino
APA-secretariado técnico	MM	Márcia Machado
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	CCDR	Teresa Bernardino
Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	DRE	Paula Lança
Autoridade da Concorrência	AdC	Manuel Cabugueira Miguel Moura e Silva
Associação Nacional de Municípios Portugueses	ANMP	Paulo Queimado
Câmara Municipal da Chamusca	CMC	Paulo Queimado; Cláudia Moreira
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	ARS	Vera Lúcia Santos Noronha
Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente	CPADA	Rui Berkemeier
Confederação Empresarial de Portugal	CIP	Faria e Santos